

Filosofia Política na Antiguidade (Aristóteles): trabalho completo

Introdução

Neste presente trabalho iremos falar de Nascido em Estagira, na Trácia em 384 a. C, Aristóteles foi discípulo de Platão e cedo se tornou crítico do seu mestre.

Aristóteles

Nascido em Estagira, na Trácia em 384 a. C, Aristóteles foi discípulo de Platão e cedo se tornou crítico do seu mestre.

Na base da divergência estão as influências que cada um deles sofreu. Platão apreciava mais as ciências abstractas e a Matemática, enquanto Aristóteles, por ser filho de um médico, foi fortemente influenciado pelo estudo da Biologia. Assim se justifica o seu gosto pela observação, o que levou a analisar 158 constituições existentes na época. Este estudo fez com que a sua política fosse mais descritiva, além de normativa.

Aristóteles crítica o autoritarismo de Platão e não concorda com o idealismo platónico, pois cidade é constituída por indivíduos naturalmente diferentes, sendo impossível uma unidade absoluta. De igual apenas a uma parte dos corpos social-os mais sábios (filósofos).

A origem do Estado

O Estado, segundo Aristóteles, é produto da Natureza <<é evidente que o Estado é uma criação da Natureza e que o Homem é por natureza, um animal político>>. O facto de o Homem ser capaz de discursar prova a sua natureza política. Historicamente, explica Aristóteles, o Estado desenvolveu-se a partir da família: ao unirem-se, as famílias deram origem a aldeias. Estas desenvolveram-se e formaram as cidades (Estado). Este, apesar de ter sido o último a criar-se, é superior às anteriores uniões da sociedade, pois o Estado é auto-suficiente. O objectivo do Estado é proporcionar felicidade aos cidadãos. O escopo da vida humana é a felicidade é o escopo do Estado é facilitar a consecução do bem comum.

Formas de governo

Partindo do princípio de que o fim do Estado é o bem comum, Aristóteles pensava que cada Estado deveria aprovar uma constituição que respondesse às suas necessidades. Ele concebeu três formas de organização política (constituições) do Estado, as quais se podem também apresentar na forma de governo corrupto:

Monarquia (governo de um homem) – teoricamente a melhor forma de governo, porque preserva a unidade do Estado, contudo, facilmente se pode transformar em tirania- governo de um homem, que se move por interesse próprio. As sociedades bárbaras, na óptica de Aristóteles, precisam da autoridade centralizada da monarquia.

Aristocracia (governo de poucos homens) – governo de um grupo de cidadãos virtuosos, os melhores, que cuidam do bem de todos. A sua forma corrupta é a oligarquia, que é o governo dos ricos, os quais procuram o bem económico pessoal.

República (governo de muitos homens) -trata-se de um tipo de governo constituído pelo povo, que cuida do bem de toda a pólis. Quando o povo toma o poder e suprime todas as diferenças sociais em nome da igualdade, este tipo de governo chama-se democracia e é a forma corrupta da república.

Santo Agostinho

Santo Agostinho foi um dos mais importantes teólogos e filósofos do período da filosofia cristã conhecido como patrística. Influenciado pelo maniqueísmo (de cuja doutrina mais tarde se tornará um grande crítico) e pelo neoplatonismo, Agostinho se converteu ao cristianismo e chegou a ser bispo em Hipona, cidade romana da África. Suas obras mais conhecidas são: *Confissões* e *A Cidade de Deus* (De Civitate Dei).



A Filosofia de Santo Agostinho foi elaborada com base em uma aproximação entre o neoplatonismo de Plotino e Porfírio e a doutrina cristã, o assim chamado, platonismo cristão. Mas o verdadeiro e legítimo conhecimento é a teologia, e é a esses ensinamentos que o homem deve dedicar-se, pois prepara sua alma para a salvação e para a visão de Deus.

Leia mais:

<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-medieval/santo-agostinho/>

O problema da moral

A obra prima de Santo Agostinho, as *Confissões*, revela um homem profundamente voltado para a sua interioridade e para esse grande mistério que é o homem, pondo a nu o seu

espírito e o intenso drama vivido interiormente por ele mesmo, para alcançar um mais alto grau de espiritualidade. Esse mergulho na nossa interioridade mostra-nos a nossa real essência, revela-nos que há dentro de nós algo de mais profundo que o nosso eu exterior e é dentro desta perspectiva de uma filosofia introspectiva que Agostinho agrega uma série de conceitos fundamentais, sendo um deles precisamente a *ética*

Leia mais:

<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-medieval/santo-agostinho/>

Santo Agostinho e a Política

O pensamento político de Santo Agostinho tem como referência duas tradições: a da cultura greco-romana e das escrituras judaico-cristãs. Agostinho se serve da crítica que o historiador Salústio faz sobre as causas que levaram o Império Romano à ruína, com a submissão do povo à escravidão, a opressão, a usura dos senadores que aumentava cada vez mais os tributos e os encargos militares. A República Romana caíra por falta de domínio das paixões desordenadas e uma delas é o apego ao poder que levou alguns governantes a serem injustos, tiranos, chegando mesmo a oprimir o povo. Também deve ser mencionado o desejo desenfreado pelo poder e a ânsia de dominar que levou o Império Romano a empreender diversas guerras, responsáveis pelo enfraquecimento paulatino da República Romana. Agostinho encontra no Império Romano a prova de que todo governo que coloca seu apoio apenas na matéria e despreza os valores religiosos está fadado ao fracasso.

Leia mais:

<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-medieval/santo-agostinho/>

Filosofia Política em Santo Agostinho

Doutrina política de Santo Agostinho encontra-se na obra *A Cidade de Deus* o mundo divide-se em duas cidades: a Cidade de Deus e a Cidade terrena. A Igreja é a encarnação da cidade de Deus, apesar de isto não se aplicar a todos os seus membros, nem a todos os seus ministros sagrados. O Estado é a encarnação da cidade terrena, uma necessidade imposta ao Homem pelo pecado original. Na sua presente condição, o Homem precisa do Estado para obrigar os membros da comunidade ao cumprimento da lei.

Santo Agostinho acredita que o Homem é mais divino do que o Estado, porque o Homem tem um fim natural que transcende o fim do Estado terrestre.

Santo Agostinho defende a existência da autoridade política, para que se mantenha a paz, a justiça, a ordem e a segurança. Autoridade política é entendida como uma dádiva divina aos seres humanos. Por isso, os cidadãos devem obedecer aos governantes e não é da sua competência (dos homens) distinguir entre governantes bons e maus, ou forma de governo justa ou injustas.

São Tomas de Aquino

A obra (De Regimine Principum Do Governo dos Príncipes) espalha o pensamento político de São Tomas de Aquino, versa sobre a origem e a natureza do Estado, as várias formas de governo e as relações entre o Estado e a Igreja. Quanto à origem do Estado, Tomas de Aquino recusa -e aceitar a concepção augustiniana, segundo a qual a origem do Estado se deve ao pecado original, e concorda com Aristóteles, este nasce da natureza social do Homem e não das limitações do indivíduo.

O Estado é uma sociedade, uma sociedade perfeita, é uma sociedade porque consiste na reunião de muitos indivíduos que pretendem fazer alguma coisa em comum. É a sociedade perfeita porque tem um fim próprio: o bem comum e os meios suficientes para o realizar. O Estado tem os meios suficientes para proporcionar um modo de vida que permita a todos os cidadãos ter aquilo que necessitam para viver como homens.

Filosofia Medieval

A **filosofia medieval** foi desenvolvida na Europa durante o período da Idade Média (séculos V-XV). Trata-se de um período de expansão e consolidação do Cristianismo na Europa Ocidental.

A filosofia medieval tentou conciliar a religião com a filosofia, ou seja, a consciência cristã com a razão filosófica e científica.

Isto pode parecer paradoxal em nossa época, mas naquele tempo era perfeitamente compreensível.

Características: Resumo

As principais características da filosofia medieval são:

- Inspiração na filosofia clássica (Greco-romana);
- União da fé cristã e da razão;
- Utilização dos conceitos da filosofia grega ao cristianismo;
- Busca da verdade divina.

Muitos filósofos dessa época também faziam parte do clero ou eram religiosos. Nesse momento, os grandes pontos de reflexão para os estudiosos eram: a existência de Deus, a fé e a razão, a imortalidade da alma humana, a salvação, o pecado, a encarnação divina, o livre-arbítrio, dentre outras questões.

Sendo assim, as reflexões desenvolvidas no medievo, ainda que pudessem contemplar os estudos científicos, não podiam se contrapor à verdade divina relatada pela Bíblia.

Uma vez que a Idade Média foi um longo período da história ocidental, dividimos a Filosofia Medieval em quatro fases:

- Filosofia dos Padres Apostólicos;
- Filosofia dos Padres Apologistas;
- Patrística;

- Escolástica.

A filosofia patrística e escolástica, que correspondem aos dois últimos períodos, foram os mais importantes da filosofia medieval.